ENTRE POLÍTICAS E PRÁTICAS: DESAFIOS DA FORMAÇÃO DOCENTE NA INTERSEÇÃO ENTRE INFÂNCIA, DIREITO À EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E INOVAÇÃO PEDAGÓGICA

Ana Paula Macêdo Massarenti[1]
Ana Paula Silva Conceição[2]
Andréia Oliveira Pereira Duarte[3]

Eixo 2 – Formação de professores/as, Saberes e fazeres docente na Educação Básica e necessidades socioeducativa contemporâneas

Resumo

Este artigo reflete sobre a formação docente na educação infantil diante das múltiplas infâncias e dos desafios da inclusão na perspectiva do processo de ensino-aprendizagem, bem como na análise de concepções de infância presentes na formação. Assim, apresenta como objetivo geral, analisar os desafios da formação docente na interseção entre infância, direito à educação, inclusão e inovação pedagógica no cotidiano escolar e nos objetivos específicos a) Identificar como os/as docentes compreendem as políticas públicas que orientam sua formação e atuação pedagógica; b) Pesquisar de que maneira os processos formativos influenciam as práticas pedagógicas inclusivas; c) Refletir sobre os limites e as possibilidades de inovação pedagógica; d) Compreender como os saberes docentes são mobilizados na mediação das infâncias e nas demandas educacionais específicas. Com base em uma pesquisa qualitativa, incluindo a pesquisa documental com revisão de literatura, e análise de conteúdo de documentos e registros do cotidiano. Os resultados apontam a existência de lacunas formativas na área da inclusão e os desafios de implementação de práticas inclusivas e de estratégias pedagógicas que promovam o respeito à diversidade no cotidiano escolar com experiências inovadoras, bem como revelam que as práticas docentes ganham relevância quando articuladas a processos formativos fundamentados nas realidades cotidianas escolares e atravessados pela construção coletiva do conhecimento. Defende-se a urgência de dispositivos formativos continuados, democráticos e responsivos às diferenças, capazes de promover uma educação pública inclusiva, equitativa e de qualidade. Sendo assim, conclui-se que a formação docente precisa ser compreendida como processo contínuo e permanente, articulado à realidade que contribua para a construção de ambientes educacionais e experiências sensíveis à infância e à inclusão. Por isso, reafirma-se a necessidade de políticas públicas que promovam uma formação ética, crítica e coletiva, capaz de enfrentar os desafios da inclusão com inovação e compromisso social.

[1] Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Doutoranda do Programa de Educação e Contemporaneidade (PPGEduC); ninhamm@gmail.com.
[2] Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Doutora em Educação; apsconceicao@uneb.br.
[3] Universidade Federal de Sergipe (UFS); Mestranda do Programa Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em rede nacional (PROFEI/UFS); andreia.duarte.ufs.t5@gmail.com.

ISSN 2674-7227

Palavras-chave: Infâncias. Formação Docente. Inclusão. Inovação pedagógica.

Introdução

As infâncias contemporâneas apresentam uma diversidade de modos de ser, estar e apresentar no mundo, exigindo da educação infantil uma abordagem que respeite as singularidades de cada criança em todos os contextos. Nas últimas décadas, o campo educacional brasileiro tem sido atravessado por diversas políticas públicas voltadas à universalização do acesso à escola e à garantia do direito à educação desde a infância. Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, a infância passou a ser reconhecida com um olhar mais atento e de respeito, o qual são considerados sujeitos de direitos, com garantias legais que asseguram seu desenvolvimento físico, emocional, social, moral e espiritual em condições de liberdade e dignidade.

No entanto, o avanço normativo e legal não tem se traduzido em mudanças efetivas nas práticas pedagógicas, especialmente pela escassez de recursos e pela desigualdade histórica no acesso a oportunidades formativas para os docentes. A contradição entre o que preveem as políticas e o que se realiza cotidianamente nas salas de aula, exige uma análise crítica sobre como a formação se configura frente às exigências contemporâneas do processo ensino-aprendizagem, sobretudo na interseção entre infância, inclusão e inovação pedagógica.

A concepção de infância, com base em uma epistemologia crítica e social, tem sido desconstruída nas últimas décadas por meio de estudos que reconhecem a criança como sujeito histórico, social e cultural. Sarmento (2007) e Corsaro (2011) contribuem para esse deslocamento de paradigma ao evidenciarem que a infância não é uma fase biológica universal, e sim uma construção social, marcada por relações de poder e pertencimento. Portanto, essa compreensão se articula ao compromisso ético da formação docente com a escuta e o reconhecimento das infâncias em suas múltiplas expressões.

Ao adotar uma abordagem que compreende a formação docente como processo ético, político e inclusivo, buscamos uma base epistemológica crítica que concebe o professor como sujeito ativo da sua formação e como agente de transformação social. Para Formosinho (2018), formar docentes na educação infantil não é apenas transmitir conteúdos ou técnicas pedagógicas, mas favorecer a constituição de sujeitos capazes de escutar, dialogar e refletir sobre suas práticas, reconhecendo as crianças como protagonistas e produtoras de cultura. Essa perspectiva converge com Nóvoa (2009), ao defender que a formação precisa ser contínua,

ISSN 2674-7227

situada e centrada na experiência docente, articulando saberes acadêmicos e saberes da prática em itinerâncias formativas comprometidas com o cotidiano escolar.

Essas concepções dialogam com a pedagogia freiriana, na qual a formação docente é um ato político que se constrói pela problematização da realidade e pela escuta sensível do outro (FREIRE, 1996). Ele nos convida a compreender o educador como sujeito da transformação, cuja prática pedagógica deve ser orientada por valores éticos e por uma postura crítica diante das injustiças sociais, ganhando maior relevância no enfrentamento das desigualdades que atravessam a infância e a inclusão.

Entretanto, os desafios enfrentados na formação dos profissionais da educação infantil ainda são muitos, sobretudo no que diz respeito à preparação para lidar com as múltiplas diferenças: físicas, cognitivas, emocionais, sociais e culturais, as quais compõem a realidade das escolas.

Nesse contexto, a perspectiva inclusiva tensiona o fazer pedagógico nas escolas e a formação docente. Como aponta Mantoan (2006), incluir não se resume à inserção de crianças com deficiência em turmas regulares ou à adaptação de barreiras estruturais, mas implica em transformar o projeto político pedagógico da instituição, considerando a diversidade como princípio estruturante, bem como o processo formativo dos docentes. Esse entendimento reforça a necessidade de romper com práticas normativas e padronizadoras, assumindo a inclusão como um princípio organizador das práticas educativas.

Miranda e Galvão (2012) aprofundam esse debate ao afirmar que a inclusão deve ser compreendida como um novo paradigma educacional e social, que convoca toda a comunidade escolar à corresponsabilidade na construção de espaços democráticos, acolhedores e plurais. Isso exige políticas públicas integradas, dispositivos formativos contínuos e práticas pedagógicas sensíveis à singularidade de cada criança, bem como educadores comprometidos com uma ética da escuta, da solidariedade e do respeito às diferenças.

Portanto, o aporte teórico neste estudo, a saber: Freire, Nóvoa, Formosinho, Mantoan, Miranda e Galvão se entrelaçam para sustentar a compreensão de que a formação docente precisa responder aos desafios contemporâneos da educação infantil na interseção entre infância, direito à educação, inclusão e inovação pedagógica. A docência, nesse sentido, emerge como prática social, situada e transformadora, cuja potência está na articulação entre experiência vivida, reflexão crítica e compromisso com a equidade. Essa abordagem se ancora na epistemologia da prática (Schön, 1992) e na ideia de que a formação se constrói no entrelaçamento entre teoria e prática, vivência e reflexão.

ISSN 2674-7227

Dessa forma, este artigo tem como objetivo geral analisar os desafios da formação docente na interseção entre infância, direito à educação, inclusão e inovação pedagógica no cotidiano escolar, e nos objetivos específicos a) Identificar como os/as docentes compreendem as políticas públicas que orientam sua formação e atuação pedagógica; b) Pesquisar de que maneira os processos formativos influenciam as práticas pedagógicas inclusivas; c) Refletir sobre os limites e as possibilidades de inovação pedagógica; d) Compreender como os saberes docentes são mobilizados na mediação das infâncias e nas demandas educacionais específicas.

Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo-analítico, fundamentada na compreensão de que os fenômenos educativos são construídos em contextos históricos, sociais e culturais, sendo, portanto, complexos, dinâmicos e multifacetados (MINAYO, 2010; BOGDAN; BIKLEN, 1994). Essa abordagem reconhece a intencionalidade da investigação, que busca não apenas descrever, mas interpretar e compreender os sentidos produzidos nas práticas formativas e pedagógicas vividas no cotidiano escolar.

A metodologia articula a pesquisa documental, com ênfase na análise de documentos institucionais como Projetos Político-Pedagógicos (PPP), planos de aula, registros de formação continuada e legislações educacionais, à revisão de literatura, com base em teóricos que dialogam com os eixos temáticos da pesquisa: infâncias, formação docente, inclusão e inovação pedagógica. Como complemento, foi realizado um processo de escuta dialógica, por meio de rodas de conversa.

As autoras assumem a perspectiva de pesquisadoras-implicadas, conforme delineado por Gatti (2012), ou seja, pesquisadoras que se encontram inseridas no campo investigado, na coordenação pedagógica e na docência das infâncias na Rede Municipal de Ensino de Salvador e que vivenciam cotidianamente os desafios formativos e pedagógicos que se deseja compreender. Essa escolha metodológica está alinhada à concepção de pesquisa como prática reflexiva e transformadora, em que o sujeito pesquisador é também sujeito da ação investigada. (NÓVOA, 2009; FREIRE, 1996).

O processo analítico baseou-se na técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2011), que permite a identificação de categorias emergentes a partir do material empírico. As categorias que orientaram a análise como concepção de infância, práticas pedagógicas inclusivas, saberes docentes e inovação, foram construídas a partir do diálogo entre os teóricos e os dados obtidos nos documentos e na escuta dialógica.

ISSN 2674-7227

Portanto, esta metodologia visa não apenas descrever realidades, mas produzir compreensões críticas sobre os desafios da formação docente no contexto da educação infantil, articulando teoria e prática, vivência e reflexão, na busca por caminhos formativos mais sensíveis, inclusivos e transformadores.

Resultados e discussões

A análise dos documentos institucionais e registros do cotidiano evidenciou desafios na formação docente, sobretudo quanto à inclusão e às múltiplas infâncias no contexto da rede municipal de ensino de Salvador. Observam-se lacunas estruturais e formativas que impactam a efetivação de práticas pedagógicas sensíveis à diversidade. Contudo, emergem também experiências significativas de reinvenção pedagógica, protagonizadas por docentes e coordenadoras que atuam com compromisso ético e sensibilidade educativa.

Esses movimentos reafirmam que a prática pedagógica é espaço de produção de saberes, como aponta Freire (1996), e que o reconhecimento da experiência docente como fonte de formação é fundamental. Nóvoa (2009) reforça essa perspectiva ao afirmar que "não há formação sem implicação", defendendo o professor como sujeito de sua própria trajetória formativa. Essa concepção é vivida pelas autoras deste estudo, que, inseridas no cotidiano escolar, observam como a formação se entrelaça às condições de trabalho, às políticas públicas, a inclusão e às infâncias.

No entanto, transformar a prática, como defendem Mantoan (2006) e Miranda e Galvão (2012), exige mais do que recursos pedagógicos: requer a escuta das crianças, a revisão do projeto político-pedagógico e o compromisso coletivo com a inclusão como princípio estruturante da escola. Assim, reafirma-se a formação docente como processo político e contínuo, vinculado aos direitos da criança e construção de uma educação pública, democrática que respeite às diferenças.

Considerações finais

Os resultados desta pesquisa apontam a existência de lacunas formativas na área da inclusão e os desafios enfrentados na implementação de práticas pedagógicas que respeitem e valorizem a diversidade no cotidiano escolar. Ao mesmo tempo, evidenciam que tais práticas ganham potência quando articuladas a processos formativos situados, colaborativos e fundamentados na realidade das escolas, favorecendo experiências pedagógicas inovadoras e inclusivas.

ISSN 2674-7227

Compreendida como prática social reflexiva e situada, a formação docente exige políticas públicas que articulem as dimensões epistemológicas da inclusão, as especificidades das infâncias e os desafios da inovação pedagógica. É nesse entrelaçamento que se forjam respostas sensíveis e comprometidas aos contextos de vulnerabilidade, com rigor ético e compromisso social.

Como desdobramento, propõe-se a criação de dispositivos formativos na rede municipal de ensino que integrem os saberes da prática, a escuta das infâncias e estratégias de inclusão. O estudo reafirma que políticas públicas de formação precisam articular infância, direito à educação, inclusão e inovação para reverberar uma educação democrática, equitativa e sensível às diferenças.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BODGAN, Robert C.; BIKLEN, Sari K. **Investigação qualitativa em educação**. Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto Editora, 1994.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente** (ECA). Disponível em: [URL]. Acesso em: 07 jun 2025.

CORSARO, William A. **Sociologia da infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FORMOSINHO, J. O. **A Formação como pedagogia da relação**. Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade, v27, n51, p.19-28, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GATTI, Bernadete A. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Liber Livro Editora, 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2010.

MIRANDA, Terezinha Guimarães; GALVÃO, Teófilo Alves (orgs.). O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador EDUFBA, 2012.

NÓVOA, A. **Professores: imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **A pesquisa com crianças: perspectivas e questões metodológicas**. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; GOUVÊA, Maria Cristina Leite (orgs.). Pesquisa com crianças: perspectivas sociológicas e educativas. São Paulo: Cortez, 2007. p. 17–44.

SCHÖN, Donald A. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 1992.

ISSN 2674-7227